

# Madeiros ilegais lucram com projetos de crédito de carbono na Amazônia

[ihu.unisinos.br/654294-madeiros-ilegais-lucram-com-projetos-de-credito-de-carbono-na-amazonia](https://ihu.unisinos.br/654294-madeiros-ilegais-lucram-com-projetos-de-credito-de-carbono-na-amazonia)

Mathias Lengert



Empresas globais investiram centenas de milhões em **projetos de preservação na Amazônia** para obter [créditos de carbono](#) como forma de compensar suas emissões. No entanto, uma apuração da **Reuters** revelou que parte considerável desses recursos, na verdade, pode estar beneficiando infratores ambientais. Dos 36 projetos analisados nos principais registros do mercado voluntário, pelo menos 24 deles envolvem pessoas ou empresas multadas pelo **Ibama** por **desmatamento ilegal**.

A reportagem é publicada por [Climainfo](#), 08-07-2025.

As **infrações** incluem derrubada sem autorização, transporte irregular de madeira e fraudes em sistemas de controle. Em 20 casos, os responsáveis já tinham histórico de autuações antes de ingressar no mercado de carbono. Em sete deles, as multas continuaram após o registro.

Especialistas alertam que o mecanismo, criado para reduzir emissões, pode estar financiando a destruição que deveria combater. “É um fracasso de toda a ideia”, disse **Raoni Rajão**, ex-diretor do programa de combate ao desmatamento do **Ministério do Meio Ambiente**.

A [Amazônia](#), que perdeu 20% de sua cobertura em 50 anos, é peça-chave no [mercado voluntário de carbono](#), que movimentou US\$ 7,6 bilhões globalmente nos últimos cinco anos. Projetos certificados por entidades como **Verra** e **Cercarbono** garantem créditos a empresas de porte, a exemplo de **Boeing**, **Telefónica** e **Ecopetrol**.

Um caso emblemático é o do médico [Ricardo Stoppe Junior](#), preso em 2024 por extração ilegal de madeira e **grilagem**. Ele vendeu **créditos** estimados em US\$ 15 milhões, mesmo acumulando multas do **Ibama** desde 2014. A **Polícia Federal** alega que ele usou projetos de carbono para legalizar madeira roubada de **Terras Públicas**.

Após a reportagem, Verra e Cercarbono abriram investigações, mas afirmam não haver evidências de que os projetos tenham falhado em reduzir o desmatamento. O Ministério do Meio Ambiente destacou que seus dados de fiscalização podem ser usados para verificar a eficácia das iniciativas.

A reportagem da **Reuters** também foi republicada por **g1**, **UOL** e **Folha**.

## Em tempo

**Carta Capital** e **O Globo** noticiaram que a Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 49 milhões em bens de quatro pessoas responsáveis por desmatar 2.623 hectares de floresta em [Lábrea \(AM\)](#), entre 2004 e 2007. A decisão, atendendo a pedido da **Advocacia-Geral da União (AGU)**, também proíbe os infratores de explorar a área degradada, que deve ser reflorestada, e suspende benefícios fiscais. A **AGU** destacou que o dano ambiental inclui perda de biodiversidade, emissões ilegais de carbono e desequilíbrio hidrológico. A ação foi movida com base em laudos do **Ibama** e visa garantir reparação pelos prejuízos ao bioma, considerado patrimônio nacional pela Constituição.



Watch Video At: <https://youtu.be/Mc0kn8fSN0U>